

# **Tripé da cidadania: educação, saúde e moradia**

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado, RJ 05/09/2018



Os neoliberais, assecclas e executores dos objetivos do sistema financeiro internacional, a banca, criaram um tripé macroeconômico, que se resume em transferir recursos, destinados a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, para o enriquecimento dos banqueiros, de cá e do além mar.

No que consiste este tripé econômico? Em síntese na submissão da economia do País, que deveria ser preocupação do Governo, aos interesses do mercado financeiro, que seus agentes chamam apenas de mercado para que pensemos que envolve a indústria, o comércio e outros serviços, além do financeiro.

Mercado, na ideologia neoliberal, é apenas o financeiro, da especulação.

Tratemos então destas três pernas.

Uma é o câmbio flutuante, ou seja, do valor da moeda nacional.

Pretendem que este câmbio, que pode inviabilizar uma exportação de produto produzido no Brasil ou encarecer desmedidamente a importação de um insumo indispensável para, por exemplo, a fabricação de um remédio, seja determinado pela especulação dos banqueiros, dos que nada fazem além de ganhar com a compra e venda de papéis e de moedas.

Quando a pessoa sabe o que significa câmbio flutuante se assusta com a irresponsabilidade de afirmar que esta entrega da soberania monetária nacional aos especuladores de todo mundo é parte de um programa econômico de vários políticos para o Brasil.

Passemos ao segundo pé, que conduz o país à fome e à miséria.

Meta de inflação, também chamada taxa básica de juros, é como tirar o doce da boca da criança.

Vamos entender todo processo. O governo, com os impostos que arrecada, paga os serviços que são próprios de um Estado Nacional: defesa do País, saúde, educação, saneamento básico, segurança dos direitos, da pessoa e dos patrimônios, transporte, controle da exploração dos recursos naturais e outros.

Quando os contribuintes sonegam impostos e os capitalistas exigem isenção ou redução de impostos para investir e quando os custos dos serviços aumentam mais do que o dos tributos pode haver falta de dinheiro para os encargos governamentais. Também quando o país está se desenvolvendo e são necessários vários empreendimentos ou algum produto indispensável precisa ser importado, enfim, há várias situações nas quais o Estado emite títulos de dívida para cobrir despesas.

O grande, quando não único, comprador destes títulos é a banca. Que cria fundos de captação das poupanças para ricos e pobres e, como é óbvio, diferentes, em rendimentos e condições. A banca sempre fica com a maior e a mais segura parte.

Daí que a dívida é um instrumento de poder para a banca. Há governos que fazem dívida para o desenvolvimento do País, para a melhoria de vida da população, mas há outros, a serviço da banca, que se endividam para aumentar a receita da banca; tais são os casos de obras superfaturadas, aumentos de salários dos juízes, desembargadores e ministros do judiciário com mordomias que nenhum outro servidor público recebe, ou seja, pela corrupção que tem várias formas de se praticar.

Os governos da banca também colocam os juros nas alturas. E não se mede a taxa de juros apenas pelo elevado percentual, mas pela diferença entre ela e a taxa efetiva de inflação. Vamos a uns exemplos.

A taxa de juros nominal, deflacionada pela expectativa para os próximos 12 meses, conforme dados do Ministério da Fazenda, para o período 2002-2005, foi 11,5% a.a., fortemente influenciada pelo último ano de Fernando Henrique Cardoso (2002 - 14%a.a.). No período Lula 2006-2010, ficou reduzida a 6,9% a.a. e, ainda mais, para 2011-2012, 3,2% a.a.

Se havia alguma dúvida no interesse e na participação da banca no golpe, que tirou da Presidência Dilma Rousseff, fica desfeita.

A revista Exame apresenta alguns números para a taxa real de juros após o golpe: em julho/2016, 4,97%; em julho/2017, 7,10% e, em fevereiro de 2018, tivemos para a inflação de 0,32% (IPCA do mês) a taxa SELIC de 6,75%, logo, 6,43% efetivos.

Daí vem a terceira perna: a meta fiscal ou meta de superavit primário.

Esta "meta" significa que os juros são a prioridade do orçamento público. Não a educação, a saúde, a segurança, o transporte, a habitação, que estão nos discursos farsantes, hipócritas, fraudulentos destes candidatos subservientes ou empregados da banca.

Para 2018, o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional totaliza R\$ 3,57 trilhões. Desta quantia, R\$ 1,16 trilhões vão para a banca sob o título de "refinanciamento da dívida pública", praticamente um terço das receitas estimadas. E a este valor se acrescentam R\$ 316 bilhões para pagamento de juros. Eis a meta fiscal, reduzir a despesa com as necessidades do País para garantir a receita e os lucros da banca, do sistema financeiro internacional.

Caros leitores. Diante deste cenário vamos lançar o tripé da cidadania - saúde, educação e moradia - e votar nos candidatos que firme e honestamente se comprometam com o novo tripé.

Aqueles que se apresentarem com a privatização, o estado mínimo, os

tripés macroeconômicos, vocês já sabem, são contra o Brasil, a favor da banca.

**Fonte:**

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/tripe-da-cidadania-educacao-saude-e-moradia/>

